

**Priscila Maddalozzo Pivatto**

**Discursos sobre o Estado de  
Sítio na Primeira República  
Brasileira**

Uma abordagem a partir das  
teorias de linguagem de Mikhail  
Bakhtin e Pierre Bourdieu

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO**  
Programa de Pós-graduação em Teoria  
do Estado e Direito Constitucional

Rio de Janeiro  
Maio de 2006



**Priscila Maddalozzo Pivatto**

**Discursos sobre o Estado de Sítio na  
Primeira República Brasileira**

**Uma abordagem a partir das teorias de linguagem  
de Mikhail Bakhtin e Pierre Bourdieu**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito da PUC-Rio

Orientador: Prof. Adrian Sgarbi

Rio de Janeiro  
Maio de 2006



**Priscila Maddalozzo Pivatto**

**Discursos sobre o Estado de Sítio na  
Primeira República Brasileira**

**Uma abordagem a partir das teorias de linguagem  
de Mikhail Bakhtin e Pierre Bourdieu**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Adrian Sgarbi**

Orientador

Departamento de Direito — PUC-Rio

**Prof. Gisele Guimarães Cittadino**

Departamento de Direito — PUC-Rio

**Prof. Ignácio Maria Poveda Velasco**

Faculdade de Direito — USP

**Prof. João Pontes Nogueira**

Coordenador Setorial do Centro de Ciências Sociais —  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2006

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

**Priscila Maddalozzo Pivatto**

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel e Licenciada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Ficha Catalográfica

Pivatto, Priscila Maddalozzo

Discursos sobre o Estado de Sítio na Primeira República Brasileira: Uma abordagem a partir das teorias de linguagem de Mikhail Bakhtin e Pierre Bourdieu/ Priscila Maddalozzo Pivatto; orientador: Adrian Sgarbi. – Rio de Janeiro: PUC–Rio, Departamento de Direito, 2006.

172 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. História do direito. 3. História constitucional. 4. Constituição de 1891. 5. Estado de sítio. 6. Fenômeno normativo. 7. Teoria da linguagem. 8. Bakhtin, Mikhail. 9. Bourdieu, Pierre. I. Sgarbi, Adrian. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Aos meus pais, Leila e Volmar, por todo amor e confiança.

## Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Adrian Sgarbi, pela competência e gentileza com que guiou toda a produção do trabalho.

Aos professores Gisele Guimarães Cittadino e Ignacio Maria Poveda Velasco, por aceitarem o convite para participar da banca examinadora e contribuírem substancialmente para o resultado final desta dissertação.

A todos os professores da PUC-Rio, que de um modo ou outro contribuíram para a minha formação durante o mestrado e, em especial, a Ana Lucia Lyra Tavares e José Ribas Vieira, por serem exemplos de generosidade e dedicação na academia.

Aos funcionários da Secretaria do Departamento de Direito da PUC-Rio, Anderson Torres, Carmem Barreto e Marcos de Sousa, pela eficiência e simpatia com que conduziram suas funções.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, essenciais para a realização dessa dissertação.

A Fernando Bentes, Mariana Fittipaldi, Teresa Robichez e demais colegas do mestrado, com os quais dividi os melhores e piores momentos desse período.

Aos amigos reais que se tornaram companhias virtuais indispensáveis, Jefferson Fonseca, Liz Helena do Amaral, Ricardo Sontag, Rômulo Ceretta e Wilson Alves.

A Fernanda, Sílvio e André Strauss Vasques, por me acolheram em sua casa e em seus corações.

À minha família, pelo amor paciente e pelo constante estímulo.

A Daniel Strauss Vasques, pelo apoio incondicional e por fazer com que todos os meus sonhos se tornassem reais.

## Resumo

Pivatto, Priscila Maddalozzo; Sgarbi, Adrian. **Discursos sobre o Estado de Sítio na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro, 2006. 172p. Dissertação de Mestrado — Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O estado de sítio constitui uma figura constitucional essencial à compreensão das estruturas políticas democráticas. Se por um lado é mecanismo de proteção da sociedade, alargando os limites da autoridade estatal para rápida ação em situações excepcionais, por outro pode ser instrumento legitimador de arbitrariedades e abusos intervencionistas. As freqüentes decretações de estado de sítio durante a Primeira República brasileira servem como um indicativo das vicissitudes que permeavam os poderes estatais e das tentativas de consolidar o regime republicano federativo no país. A partir da compreensão de que o fenômeno normativo jurídico do estado de sítio pode ser visto como um fenômeno lingüístico, o presente trabalho analisa o instituto constitucional, durante o referido período histórico, com base nas teorias de linguagem de viés culturalista desenvolvidas por Mikhail Bakhtin e Pierre Bourdieu. Para tanto, foram examinados discursos sobre o sítio produzidos nas esferas dos três poderes públicos federais, registrados, principalmente, nos anais da Assembléia Constituinte, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em mensagens redigidas pelos Presidentes da República e em decisões do Supremo Tribunal Federal. O estudo desses materiais, que leva a concluir que as disputas pelos sentidos do estado de sítio foram marcadas por relações lingüísticas de poder simbólico e que o instituto funcionou como meio de configuração das estruturas políticas e jurídicas da Primeira República, está estruturado em três partes: a primeira dedicada aos trabalhos constituintes, a segunda ao processo de concretização dos dispositivos constitucionais e a terceira à reforma da Constituição aprovada em 1926.

## Palavras-chave

História do Direito; História Constitucional; Constituição de 1891; Estado de Sítio; Fenômeno Normativo; Teoria da Linguagem; Mikhail Bakhtin; Pierre Bourdieu

## Abstract

Pivatto, Priscila Maddalozzo; Sgarbi, Adrian. **Discourses on the State of Siege during Brazil's First Republic**. Rio de Janeiro, 2006. 172p. MSc. Dissertation — Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Understanding the constitutional precept of the state of siege is essential to understanding the democratic political structures. If, on the one hand, it is a mechanism for the society's protection, thus broadening the limits of the state authority for a quick action in exceptional situations, then on the other hand it can be a legitimizing instrument of arbitrariness and interventionist abuses. The frequent declarations of state of siege during Brazil's First Republic can indicate the vicissitudes that used to permeate the state powers and the attempts to consolidate the federative republican regime in the country. Given that the normative juridical phenomenon of the state of siege can be seen as a linguistic phenomenon, the current work analyses the constitutional institution during the aforementioned period, based on the language theories of Mikhail Bakhtin and Pierre Bourdieu and their culturalist bias. Discourses on the state of siege produced by the three branches of the federal powers — mostly registered in the annals of the Constituent Assembly, the Senate and the House of Deputies, presidential messages and Supreme Court decisions — have been examined. The study of these materials is structured in three parts — the first, dedicated to the making of a new constitution, the second, concerning the solidification process of the constitutional rules and the third, dealing with the 1926 constitutional reform — and leads to the conclusion that the disputes on the meanings of state of siege were characterized by linguistic relations of symbolic power and that this institution worked as a means to configure the political and juridical institutions of the First Republic.

## Keywords

Legal History; Brazilian Constitutional History; Brazil's 1891 Constitution; State of Siege; Normative Phenomenon; Language Theory; Mikhail Bakhtin; Pierre Bourdieu



## Sumário

|     |                                                                                                                                                                             |     |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1   | Introdução                                                                                                                                                                  | 10  |
| 2   | A elaboração da palavra: os trabalhos constituintes sobre o estado de sítio e a redação dos arts. 34, n. 21; 48, n. 15 e 80 da Constituição brasileira de 1891              | 19  |
| 2.1 | Introdução                                                                                                                                                                  | 19  |
| 2.2 | O Decreto n. 1 do Governo Provisório: uma constituição emergencial para a República brasileira                                                                              | 21  |
| 2.3 | A Comissão dos Cinco: os primeiros projetos para a Constituição republicana                                                                                                 | 25  |
| 2.4 | A revisão de Rui Barbosa: apropriações e ressignificações do projeto constitucional                                                                                         | 31  |
| 2.5 | As discussões na Assembléia Constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1891                                                                                    | 39  |
| 2.6 | Conclusão                                                                                                                                                                   | 47  |
| 3   | A construção do sentido: tematizações do instituto constitucional do estado de sítio na Primeira República brasileira                                                       | 49  |
| 3.1 | Introdução                                                                                                                                                                  | 49  |
| 3.2 | Governo Deodoro da Fonseca: o estado de sítio como instrumento de autoridade do Executivo contra o Legislativo                                                              | 51  |
| 3.3 | Governo Floriano Peixoto: o estado de sítio como suspensão total das garantias constitucionais e os primeiros debates para uma regulamentação infraconstitucional da medida | 57  |
| 3.4 | Governo Prudente de Moraes: o estado de sítio a partir de um enfoque liberal                                                                                                | 75  |
| 3.5 | Governo Rodrigues Alves: o estado de sítio como mecanismo de perseguição e investigação de culpados                                                                         | 85  |
| 3.6 | Governo Hermes da Fonseca: a natureza jurídica do estado de sítio como divisor das facções político-partidárias                                                             | 91  |
| 3.7 | Governo Wenceslau Braz: o estado de sítio e a primeira guerra mundial                                                                                                       | 106 |
| 3.8 | Governo Epitácio Pessoa: o estado de sítio como medida preventiva contra os movimentos oposicionistas das forças armadas                                                    | 112 |
| 3.9 | Governo Artur Bernardes: o estado de sítio como meio regular de administração pública                                                                                       | 115 |

|                                                                                                                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.10 Conclusão                                                                                                                                                 | 121        |
| 4 A significação afirmada: a Reforma Constitucional de 1926 e as propostas de alteração da redação dos preceitos constitucionais referentes ao estado de sítio | <b>123</b> |
| 4.1 Introdução                                                                                                                                                 | 123        |
| 4.2 Enunciados sobre a reforma constitucional                                                                                                                  | 124        |
| 4.3 Os trabalhos parlamentares no processo de formulação, discussão e aprovação das emendas constitucionais                                                    | 144        |
| 4.4 Conclusão                                                                                                                                                  | 161        |
| 5 Conclusão                                                                                                                                                    | <b>164</b> |
| 6 Referências Bibliográficas                                                                                                                                   | <b>168</b> |